

## O SUJEITO NAS RELAÇÕES DE PODER E REDES DE MEMÓRIA: TESTEMUNHOS DE UMA “INFÂNCIA SUBVERSIVA”

### EL SUJETO EN LAS RELACIONES DE PODER Y LAS REDES DE MEMORIA: TESTIMONIOS DE UNA "INFANCIA SUBVERSIVA"

Recebido: 13/01/2021

Aprovado: 17/05/2021

Publicado: 30/07/2021

DOI: 10.18817/rlj.v5i01.2458

Camila Praxedes de Brito<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-7309-1498>

Francisco Vieira da Silva<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-4922-8826>

**Resumo:** Por mais de trinta anos, parte da história do Brasil ficou esquecida nos porões dos antigos DOI-CODIs e nas delegacias especializadas em “crimes políticos” durante o período da Ditadura Militar Brasileira. Pensando nesses apagamentos da memória do Brasil, este estudo tem como objetivo analisar o sujeito como construto do social, por meio das memórias de sujeitos que, na infância, foram vítimas da Ditadura. O texto segue os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de tradição francesa, aportando-se nos ditos de Michel Foucault e de outros autores que com este corroboram. A análise permitiu uma cartografia das experiências desses sujeitos com a Ditadura Militar e a descrição e interpretação dessas experiências, para a construção ético-política desses sujeitos, como também permite verificar de que forma o dever de memória constituiu-se em um espaço para que a verdade sobre esse período revelasse a verdade das experiências vividas como radiografia da experiência histórica sobre o Estado de exceção.

**Palavras-chave:** Discurso. Sujeito. Testemunho. Relações de poder. Infância.

**Resumen:** Durante más de treinta años, parte de la historia de Brasil se ha olvidado en los sótanos de los antiguos DOI-CODIs y en comisarías especializadas en "delitos políticos" durante el período de la Dictadura Militar Brasileña. Pensando en estos apagones de la memoria de Brasil, este estudio tiene como objetivo analizar el sujeto como una construcción social, a través de los recuerdos de los sujetos que, en la infancia, fueron víctimas de la dictadura. El texto sigue los supuestos teórico-metodológicos del Análisis del Discurso de la tradición francesa, basados en los dichos de Michel Foucault y otros autores que lo corroboran. El análisis permitió una cartografía de las experiencias de estos sujetos con la Dictadura Militar y la descripción e interpretación de estas experiencias, para la construcción ético-política de estos sujetos, así como para verificar cómo el deber de la memoria constituyó un espacio para la verdad sobre este período para revelar la verdad de las experiencias vividas como una radiografía de la experiencia histórica sobre el Estado de excepción.

**Palavras-clave:** sujeito; testemunho; relaciones de poder; discurso; infância.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Linguagem pela UERN. Doutoranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), e-mail: [camilaprxedes2@gmail.com](mailto:camilaprxedes2@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor efetivo de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus de Caraúbas. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), e-mail: [francisco.vieiras@ufersa.edu.br](mailto:francisco.vieiras@ufersa.edu.br)

## Pressupostos introdutórios

Os anos que antecederam o famigerado golpe de 1964 podem ser considerados de inquietação no que diz respeito à política. Isso porque nas eleições de 1960, amparados legalmente pela Constituição Brasileira vigente na época, foram eleitos para presidente e vice, respectivamente, Jânio Quadros e João Goulart, eleitos separadamente, já que ambos pertenciam a coligações partidárias diferentes: o primeiro da União Democrática Nacional (UDN) e o segundo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No entanto, essa “parceria” um tanto quanto inusitada durou apenas cerca de sete meses, pois, empossado em janeiro de 1961, Jânio renunciou em agosto do mesmo ano, deixando o cargo para ser ocupado pelo seu vice João Goulart, ou Jango, como era conhecido.

Todavia, a posse de Jango não era bem quista pelos ministros militares de Jânio, haja vista seus ideais políticos que se aproximavam do já falecido ex-presidente Getúlio Vargas e buscavam um fortalecimento dos direitos dos trabalhadores no Brasil, ideais estes tidos como comunistas. Por esse motivo, os ministros militares empenharam-se para impossibilitar a posse de Jango; entretanto, o comportamento manifestado pelos apoiadores do mesmo ao veto dos militares tomou proporções inesperadas: greves começaram a explodir em várias localidades, exigindo que fosse cumprida a Constituição e que o vice-presidente eleito pudesse assumir a presidência, o que ocorreu em 7 de setembro de 1961, para total insatisfação dos militares.

Esse clima de democracia e participação popular teve sua interrupção abrupta em abril de 1964, quando um grupo de militares, apoiados por uma dada parcela da sociedade – empresários, latifundiários e integrantes da Igreja Católica, em sua maioria – organizou uma entrada na Sede do Governo Federal, visando à deposição do então Presidente, eleito por voto popular, João Goulart que, após o golpe, aplicado sob liderança militar, recebeu exílio no Uruguai. A partir desse momento, começou uma série de “reformas políticas” que levaram a 21 anos de um regime ditatorial severo.

Uma prova cabal de que o golpe não se deu somente no nível militar, mas também socialmente, foi o fato de haver um receio, por partes desses grupos

sociais, de que o comunismo fosse implantado no Brasil, devido à ligação forte que o presidente Jango mantinha com os chamados esquerdistas e suas ideias contrárias ao conservadorismo. E essa não era uma preocupação apenas dos brasileiros, mas também dos Estados Unidos que conclamaram seu apoio total aos militares e ao que eles chamaram de “Revolução de 1964”, fornecendo, inclusive seus “métodos” para a obtenção de informações, que foram usadas durante todo o Governo Militar com maior ou menor intensidade.

Em 13 de dezembro de 1968, ainda durante o governo de Costa e Silva, foi aprovado o AI-5 (Ato Institucional Número Cinco), que vigorou até 1978, e que trazia em seu teor a legitimação de uma série de arbitrariedades, já praticadas pelo Regime, o que fez com que a ostensiva em torno daqueles que se posicionavam contra a ditadura aumentasse de forma significativa. Isso porque essas arbitrariedades eram exibidas à população como se fossem o único meio para a preservação de valores ligados à religião, à família e à liberdade.

Diante do exposto, podemos dizer que a implementação do AI-5 instaurou um estado de terror na sociedade brasileira, principalmente, entre os sujeitos que eram contrários ao Regime, tendo como justificativa o aperfeiçoamento de uma suposta “ordem institucional”, a qual fornecia poderes irrestritos ao executivo para que pudesse atuar sob qualquer setor da sociedade. Assim, diversas maneiras de repressão e tortura foram institucionalizadas e tornadas legais. Já em 1969, a Junta Militar elegeu o general Emílio Garrastazu Médici como presidente, permanecendo no cargo até 1973.

Com a intensificação da repressão à luta armada e a instauração de uma severa política de censura – comandadas por órgão do governo, como os DOI-CODI (Destacamentos de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna) – meios de comunicação, livros e expressões artísticas de toda a sorte foram censurados, o que levou muitos professores, políticos, artistas, integrantes dos movimentos de resistência, crianças e adolescentes, a serem presos, torturados, exilados, mortos e/ou desaparecidos.

Assim sendo, o governo militar, apesar de ter legalizado as torturas, as repressões e as perseguições aos que eram por ele chamados de “inimigos da pátria”, continuava buscando o convencimento da população de que o seu modelo de governo era o melhor para a sociedade brasileira, pois primava por seus valores

sociais. Os agentes da repressão militar continuaram a se portar de forma repressiva e truculenta, perante aos que não seguiam seus preceitos, defendendo um ideal de democracia e de liberdade vigiada que contou com a conveniência da mídia corporativa.

O que poucos sabem é que os perseguidos pela Ditadura não eram somente adultos militantes contrários ao regime. Por muito tempo, foi mantido sob sigilo o fato de que a Ditadura também agiu de forma truculenta contra crianças de diversas faixas etárias. Estas crianças (hoje adultas) trazem testemunhos importantes para a construção do trabalho de memória e verdade sobre a Ditadura, pois os relatos desses sujeitos inscrevem as práticas de violações de direitos ocorridas no período, que não tiveram registros na história oficial. Tais crianças eram filhos/as de militantes e foram torturadas, exiladas e retiradas do convívio familiar, como forma de pressionar seus pais, prisioneiros políticos, a delatarem sobre as organizações que lutavam contra o Regime da época.

Com base nesses depoimentos, a presente artigo tem como objetivo analisar o sujeito como construto do social por meio das memórias de sujeitos que, na infância, foram vítimas da ditadura.

Para desenvolver a pesquisa, foram selecionados testemunhos de seis sujeitos, que constam do arquivo da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Esses testemunhos, colhidos entre os anos de 2013 e 2014, são de crianças que sofreram violações de direitos na Ditadura. A pesquisa insere-se no campo dos estudos discursivos foucaultianos, resgatando os conceitos de sujeito, história, poder, saber, dentre outros. Assim, observa-se que as experiências traumáticas vivenciadas por esses sujeitos contribuíram para a construção ético-política destes no presente e para a instauração da verdade, por meio da recontação da história, demonstrando, assim, quão importante é o papel da memória e do testemunho na construção da verdade dos sujeitos e de seus modos de subjetivação e, também, como a memória retorna do passado para inscrever uma nova história no presente, para que as truculências da Ditadura não se repitam.

Este texto organiza-se do seguinte modo: na seção a seguir, fazemos um recorte da teoria foucaultiana, de maneira a demonstrar a pertinência das teorizações para a seção posterior, em que analisamos o *corpus*. Na seção final, tecemos algumas considerações de natureza conclusiva.

## Recortando a teoria foucaultiana

Em seu livro *Arqueologia do Saber* (2008), Foucault propõe uma formulação de conceito para o sujeito, baseado no pressuposto de que este é uma construção histórica. As definições da Arqueologia corroboram com outros campos do saber, na busca pelas acepções de sujeito que são passíveis de serem estabelecidas pelos enunciados. Nessa perspectiva, o autor nos apresenta o sujeito como uma “posição sujeito”, que se origina das/nas relações sociais.

O sujeito é visto como um lugar a ser ocupado, um espaço vazio na ordem do discurso. Seguindo esse pensamento, o sujeito se constitui pelas relações de saber/poder nas quais está imerso, podendo então, a mesma posição sujeito ser ocupada por indivíduos diferentes, em situações determinadas. Para Foucault (2004, p. 236), “os processos de subjetivação e de objetivação que fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade de sujeito, objeto de conhecimento”. Assim, são os modos de subjetivação dos sujeitos, ou seja, como eles se enxergam como objeto de conhecimento, portanto, objeto de estudo das ciências. Precisamente como estes se reconhecem enquanto sujeito-objeto, como o indivíduo se produz enquanto sujeito, considerando as relações histórico-sociais dos sujeitos e as relações de saber/poder estabelecidas com o outro.

Em seu escrito *O sujeito e o poder*, Foucault (1995, p. 231) defende que o sujeito pode ser descrito sob duas perspectivas distintas. Para ele: “Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade, por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que o subjuga e torna sujeito a”. Dessa forma, o sujeito é poder ser “assujeitado” a uma determinada relação de poder, que ocorre por meio do discurso. Ainda sobre a concepção de sujeito de Foucault, Oliveira afirma que este “não é uma pessoa, alguém que diz alguma coisa; trata-se antes de uma posição que alguém assume, diante de certo discurso” (OLIVEIRA, 2013, p. 134). Assim, o mesmo indivíduo pode assumir várias posições-sujeito diferentes na sociedade, simultaneamente, assim como a mesma posição de sujeito pode ser ocupada por indivíduos diversos, só que em momentos diferentes.

Em sua fase ética, Foucault nos apresenta o sujeito constituído na estética da existência; baseando-se nos preceitos estabelecidos pelos gregos antigos, como Platão, para instauração do conceito de “sujeito ético”, utilizado como fundamento neste estudo. Segundo Portocarrero (2006), uma possível resolução para a problemática do sujeito, nessa perspectiva ético/estética, está relacionada às relações de poder nas sociedades contemporâneas. Para Portocarrero (2006, p. 291), “[...] tal solução residiria nas noções de técnicas de si, de cuidado de si, de governo de si”, apresentadas por Michel Foucault em sua última fase de estudos sobre o sujeito, cuja importância para a sua obra sempre deixou bem clara.

Seguindo esses pressupostos, podemos dizer que os sujeitos elaboram técnicas que contribuem para a constituição de suas identidades e, conseqüentemente, de suas verdades, visando um determinado fim, que eles estabelecem nas suas relações sociais. Neste âmbito, os sujeitos constroem meios para o conhecimento de si com a intenção de saber como proceder em suas relações consigo mesmos, e, conseqüentemente, com o outro.

Dito isso, podemos afirmar que as técnicas de si são um conjunto de procedimentos empregados pelo sujeito para subjetivar-se, são práticas desenvolvidas pelo sujeito em prol de uma identidade própria, funcionando como contracondutas. Por meio delas, o sujeito age, pensa e se porta socialmente diferentemente do que lhe é imposto, sendo assim vistas como “práticas reflexivas e voluntárias por meio das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também buscam se transformar, modificando-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra de arte” (CARVALHO, 2008, p. 46), a fim de promover o encontro do sujeito consigo mesmo e com sua verdade. Para Foucault (2006, p.16), essas técnicas proporcionam o cuidado que o sujeito tem com ele mesmo, o chamado cuidado de si.

Dessa forma, nada do que é dito em determinado grupo social é feito sem uma finalidade. Desconsidera-se a relação simples entre o significante e seu significado para concentrar-se nas relações sociais nas quais esses significantes estão inseridos. Todo o seu aparato linguístico, cultural e ideológico é moldado a partir de modelos pré-estabelecidos socialmente, já que os sujeitos, assim como os grupos sociais, não conseguem conviver sem o contato com os outros.

Sabendo que os sujeitos são constituídos por meio de práticas sociais, podemos dizer que eles são frutos do discurso e das relações de saber/poder advindos do social, haja vista que, para Foucault (2008), o discurso é visto como uma prática. Dessa forma, o autor define o discurso como sendo um grupo de enunciados que pertencem a uma mesma formação discursiva, ou seja, o discurso pressupõe a existência de um campo que abrange saberes que se articulam entre si, produzidos fundamentalmente no meio social, considerando as disputas de poder existentes nas sociedades, de forma tal, que somente podemos descrevê-lo e/ou interpretá-lo observando os aspectos históricos e sociais nos quais foram produzidos.

Nesse sentido, os modos de subjetivação estão relacionados à sua formação discursiva, que se dá nos variados âmbitos do convívio social e que se materializa através do discurso. Este coexiste nas relações dos sujeitos falantes, cujas formações discursivas possibilitam a formulação do discurso. Este é concebido por meio de um sistema de formação, compreendido por Foucault (2008, p.82) como “[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal enunciação”.

Isso significa dizer que as relações sociais dos sujeitos, suas influências e conceitos constroem os enunciados e estes somente produzem sentidos, ou efeitos de sentido, nas relações entre as práticas discursivas dos sujeitos sociais, visto que as relações de significação e sentido são convencionadas socialmente, podendo sofrer modificações no decorrer do tempo e, também, no deslocamento do espaço.

Tomamos os testemunhos como enunciados, porquanto se situam em uma determinada época, sob a orientação de formações discursivas específicas. Assim, um enunciado somente produz efeitos de sentido para aqueles sujeitos envolvidos na teia das relações entre a memória e a história.

### **As crianças na Ditadura: testemunhos de uma “infância subversiva”**

“Aquilo que se denomina de verdade é estabelecido pelo jogo de regras, pela ordem do discurso que condiciona esses saberes, e não pela ordem das coisas ou das palavras” (CANDIOTTO, 2013, p.28). Considerando esse pressuposto, o

estabelecimento da verdade parte de um conjunto de relações sociais que fornecem os elementos necessários para a produção de uma verdade histórica, sob determinadas relações de espaço e tempo. Visto isso, a verdade é encontrada apenas no discurso, pois, “a verdade da verdade do homem está no seu exterior, na *epistême* da finitude moderna” (CANDIOTTO, 2013, p. 39), portanto, a verdade do sujeito também é construída a partir das relações de poder.

Os meios pelos quais os sujeitos resistem às relações de poder podem ser considerados como um modo de subjetivação destes, já que estes modos não são constituídos somente sob um olhar interno do sujeito, algo individual. O modo de subjetivação consiste em como os indivíduos se produzem enquanto sujeitos nas suas interações com o social, como eles produzem as suas verdades, que meio utilizam para tanto. Os meios utilizados para essa construção são chamados por Foucault (2010) de técnicas de si, que promovem a subjetivação dos sujeitos, e, conseqüentemente, a produção de suas verdades.

Dessa forma, podemos afirmar que as relações entre subjetividade e verdade para Foucault é vista por meio do viés histórico, já que os discursos sobre os sujeitos circundam socialmente, e independentemente, de terem valor de verdade ou não, funcionam como tal. Assim, essas relações são abstraídas a partir da ética sob a perspectiva foucaultiana, que pressupõe uma estética da existência, por meio da qual o indivíduo estabelece métodos para a sua produção enquanto sujeito – posição sujeito – por meio do discurso, nos processos de interação social e nas relações de poder presentes na sociedade, construindo assim as suas verdades.

No contexto da CNV, percebemos que os sentimentos vivenciados pelas vítimas da ditadura e seus familiares resultam de experiências pelas quais passaram em sua infância, ou seja, o retrato do que são hoje é consequência dos fatos experienciados no passado. Isso ocorre porque a materialização das memórias das vítimas acontece depois que elas presenciaram a violência ou os efeitos dela. Não há, nessa perspectiva, uma preocupação em se saber se os testemunhantes viveram o fato, mas, sim, que este o tenha, de algum modo, lhes afetado, lhes atingido, haja vista que os fatos experienciados pelos pais das vítimas também contribuíram para os modos de subjetivação desses sujeitos.

Dessa maneira, o acontecimento deixa suas marcas nos sujeitos e estes as revelam em seus testemunhos. Tais marcas são parte do sujeito enquanto ser social, e, portanto, assujeitado às instabilidades inerentes às sociedades. Nos testemunhos analisados neste estudo, verificamos que os fatos traumáticos vivenciados pelas vítimas de violações de direitos humanos contribuíram para a formulação destas enquanto sujeitos, portanto, interferiram na construção de suas identidades, como podemos constatar nos depoimentos abaixo:

O Estado trata as crianças, alguns mais, outros menos, da mesma forma de um preso político. Eu fiquei com muito trauma por muito tempo. Muito, muito, muito tempo. Eu não consigo lembrar. E a outra coisa era o pavor que eu tinha das pessoas: pavor de pessoas de farda, tinha medo de pessoas fardadas, tinha pavor. E eu tinha fobia social, não conseguia ficar junto com as pessoas. Eu até hoje sou assim, corto as histórias (ERNESTO CARLOS DIAS, CNV, 2014).

Então, foi bastante difícil. Tanto é que o que eu sinto? Eu não... Não que eu me arrependa disso, acho que eu vivo a minha história, acabou, mas eu não consegui ter... Não consegui pensar como as outras pessoas: "Ah, vou me casar, ter filhos..." Hum hum, para mim não... Ter relacionamento, sim, talvez, mas não querer formar uma família, não querer ter filhos (KÁTIA ELISA PINTO, CNV, 2014).

Medo. Eu tenho muito medo sempre. Eu não durmo de luz apagada. Sempre tem de ter alguma luz acesa. E agora com os filhos é muito fácil dizer "Não. Tem de deixar a luz acesa. E se ela quiser ir ao banheiro de madrugada?" Mas são coisas que eu carrego desde a infância (TESSA MOURA LACERDA, CNV, 2014).

Constatamos que, mesmo depois de décadas, os efeitos dessas memórias ainda permeiam a existência das vítimas e interferem nos seus modos de lidar com a própria vida e com o outro, ou seja, interferem em suas identidades. Seguindo os pressupostos de Foucault (2008), podemos frisar que as identidades desses sujeitos são através do discurso, visto como prática social, que estabelecem as maneiras como os percebem a si próprios e aos outros.

Dessa forma, podemos afirmar que as experiências pelas quais passaram as vítimas de violações de direitos da CNV influenciam nas suas construções enquanto sujeitos. Sobre essas influências, observemos os enunciados retirados dos testemunhos de Adilson e Eduardo:

Foi terrível para mim, porque eu desconhecia essa sociedade na exclusão social que em Cuba não existia. Cheguei aqui fui ser operário, aquelas

coisas que tanto o Vinícius dizia “Operário em Construção”, né? Comecei a ver tudo aquilo, aquele poema passou pela minha cabeça, do “Operário em Construção”, fui ser operário. E fui estudar também, porque imagine, eu fui terminar o colegial aqui, fui trabalhar e estudar. Terminei o colegial aqui e como eu dominava o idioma, lá pela década de 90, tinha o “boom” do espanhol, atualmente eu sou professor de espanhol, me formei em letras (ADILSON OLIVEIRA LUCENA, CNV, 2014).

Tudo isso se impacta na sua formação e na sua história de vida e como você encara as coisas e sinto, também, para quem me conhece bem, você conseguia notar, claramente, algumas coisas na minha relação na vida que têm a ver com uma série de autopreserções que são, óbvio, originadas da questão do medo da perda, a questão da desconexão total da família, porque a única família que eu tive, de fato, foi a minha mãe (EDUARDO GUIMARÃES MACHADO FREIRE, CNV, 2014).

Nos enunciados, os testemunhantes relatam o quanto as experiências vividas no passado influenciaram nas suas relações sociais. Como também revelam seus sentimentos em relação as suas formas de lidar com a perda, e com as relações familiares. Assim, os testemunhos demonstram as influências dos sentimentos nos modos de subjetivação dos sujeitos e na construção de suas histórias.

Neste estudo, também pudemos notar que, para os sujeitos sociais e suas tradições, é muito importante a presença do nome, como marca de suas identidades. E, para as crianças vítimas da ditadura, até esse direito lhes foi, por muito tempo, usurpado, já que, para viverem na clandestinidade, junto aos seus pais, muitos tiveram que mudar de nome, ou sobrenome, ou seja, tiveram que mudar de identidade e construir uma nova história para si e para os outros, para poderem permanecer em “liberdade”. Notamos, nos testemunhos aqui analisados, que a maioria das crianças tiveram esse conflito em relação ao nome e ao poder que este tem nas relações sociais.

Até mesmo eu mudei de nome, era Adilson e virei Marcos. [...] olha, para crianças isso eu acho até engraçado, mudar de nome, mas eu via assim, que a minha mãe sempre falava que a gente não podia se distanciar muito da casa porque em qualquer momento a gente teria que sair dali correndo, como de fato, né? (ADILSON OLIVEIRA LUCENA, CNV, 2014).

Acabou com o disfarce, então, em teoria, a gente não deveria ter o nosso nome, muito em função...os cubanos sempre tiveram essa preocupação com segurança e acabou acontecendo, tentaram, em algum momento nesse período, não sei se foi em 74, por aí, tentaram sequestrar a gente na escola. Acho que nesse momento a operação Condor ainda estava bem em alta e eu, sinceramente, até hoje eu não entendi a grande

relevância que podia ter para o regime militar (EDUARDO GUIMARÃES MACHADO FREIRE, CNV, 2014).

Até os 18 anos, eu não tinha o nome do meu pai na certidão porque ele já estava morto quando eu nasci. E isso criou situações constrangedoras. Além de ser horrível para mim "Como assim não ter um pai nem na certidão?" [...] quando eu fui ficando um pouquinho mais velha, eu fui percebendo os olhares, umas situações constrangedoras porque eu não tinha o nome do meu pai na certidão, como se eu não tivesse pai mesmo (TESSA DE MOURA LACERDA, CNV, 2014).

Nestes enunciados, podemos notar a importância que o nome, seja ele o nome próprio ou o sobrenome da família, tem para a sociedade e para a construção da identidade desses sujeitos, haja vista que a identidade é vista também como um construto do social, já que ela é produzida a partir das relações sociopolíticas. Desse modo, podemos dizer que a identidade possui um caráter instável, haja vista as possibilidades de mudanças permitidas em seu processo de formação, que é um processo sempre inacabado, ou seja, que está em constante mutação. Isto ocorre porque a sociedade não esgota suas possibilidades de transformações.

Para Foucault (2006, p.88) “[...] uma identidade é a condição para que um indivíduo possa conhecer o que ele é. [...] é, se quisermos, a superfície de reflexo onde o indivíduo pode reconhecer-se, conhecer o que ele é”, então, o nome que é dado ao indivíduo também contribui para a sua identificação na sociedade, para a percepção que ele tem de si em relação a sua subjetividade e, também, em relação aos outros. Nos recortes dos testemunhos antes citados, pudemos notar que, além de estas pessoas terem tido uma infância extremamente desestabilizada pelos agentes da repressão do Governo Militar, elas também sofreram com as consequências das escolhas de seus pais, em serem militantes, perante a sociedade, o que mostra também, como relata Tessa, que o sofrimento causado pela violência não cessou na infância, que, pelo contrário, estendeu-se pela vida adulta, pois ela não tinha o nome do pai em seu registro de nascimento, por consequência de seu assassinato durante a ditadura. Já Ângela Telma, no enunciado que se segue, fala da alegria em poder dizer quem são seus pais e o que eles representaram para a história do Brasil, mencionando também o fato de os filhos dos militares que praticaram os crimes contra seus pais e muitos outros não terem os mesmos sentimentos em relação ao que seus pais fizeram durante o Regime. Observemos:

Os filhos dos torturadores não podem, eles não podem usar o seu sobrenome, de cabeça erguida e falar eu sou filho, o filho do capitão Homero, não fala, eu sou filho do capitão Homero, ele pode falar lá no meio dos militares. Nós podemos falar, independente das pessoas concordarem ou não com o nosso ponto de vista (ÂNGELA TELMA LUCENA IMPERATRICE, CNV, 2014).

No testemunho acima, vemos a relação dos atos de violência com os sentimentos provocados por eles nas famílias de ambas as partes: as vítimas e os torturadores. Enquanto a filha da vítima se diz livre para falar de sua história e da de seus pais, afirma que os filhos dos torturadores não podem fazer o mesmo, isto porque, hoje, reconhece-se como crimes de lesa-humanidade os atos praticados e as pessoas que os praticaram são vistas como criminosas, devido a ação da memória dos fatos nas novas gerações, que antes desconheciam os fatos e sabiam apenas o que o Regime queria que soubessem. Então, o nome funciona como meio para se identificar os criminosos socialmente.

Destarte, a imponência social adquirida pelo nome na história da humanidade é notável. E o nome é parte da cultura do sujeito, assim como toda a carga histórica que este nome carrega, constituindo um elemento importante na produção das identidades dos sujeitos, que por si inferem um caráter plural, já que as identidades, assim como os sujeitos que as carregam e as constroem são produzidas no/pelo discurso, posto que os discursos são formulados de acordo com as posições-sujeito que os indivíduos ocupam e que lhes permitem proferir determinados discursos; em suma, o que pode ser dito por um sujeito em determinadas relações de tempo e espaço, subordinado às relações de poder/saber estabelecidas socialmente. Dessa forma, no caso das crianças vítimas da ditadura, não se observa apenas os ressentimentos deixados pelos atos de violência sofridos, mas também o quanto as memórias desses fatos interferiram nas trajetórias de vida desses sujeitos, como eles conseguiram digerir essas experiências e como eles se constroem como sujeitos e elaboram suas identidades por meio da memória, já que esta pode também ser considerada como responsável pela realização da vida dos sujeitos em sociedade, através do não esquecimento, da prática da memória em si.

Nessa perspectiva, podemos dizer que a memória constrói os sujeitos vítimas da violência da Ditadura na infância e suas identidades, não somente sob a ótica do passado, mas também pensando no futuro. Isso porque há uma difícil

relação entre a identidade desses sujeitos e o tempo, e esta, até certo ponto, justifica o fato de a memória ser um componente temporal da identidade, assim como também o são a avaliação do presente e a projeção do futuro. Outro aspecto que torna frágeis as identidades, consiste na relação de confronto com o outro, que é visto como uma ameaça. Assim, as diferenças contidas no outro oferecem perigo a nossa identidade.

É importante enfatizar que a subjetividade não se refere ao sujeito em sua essencialidade ou individualidade e, muito menos, como categoria invariável, já que consiste em processos modificáveis e plurais. No entanto, a memória, apesar de ser tomada em seu aspecto social, portanto heterogêneo, também possui um caráter de privacidade que lhe fornece certa singularidade: as memórias não são as mesmas, pois, por mais que dois ou mais sujeitos tenham presenciado o mesmo fato, suas memórias acerca deste mesmo fato não serão as mesmas. É uma questão íntima de perspectiva, assim, não há como transferir lembranças de um sujeito a outro, sem que haja nenhuma modificação nelas. Isto ocorre porque “enquanto minha, a memória é um modelo de minhadade<sup>3</sup> de posseção privada, para todas as experiências vivenciadas pelo sujeito” (RICOEUR, 2007, p. 107). E é essa característica da memória que proporciona a continuidade temporal do sujeito, e que permite que se possa reconstruir uma história no presente, remontando os acontecimentos gradativamente em uma linha temporal. Então, por mais que os sujeitos tenham partilhado os mesmos fatos, as experiências com estes apresentam-se de formas diversas, o que podemos notar em alguns dos testemunhos aqui postos em análise.

No Juizado de Menores eu consegui descobrir a dimensão da crueldade infantil: as crianças puxavam nosso cabelo, davam tapa na nossa cabeça, molhavam a nossa cama, a gente. [...]então, assim, um momento terrível, e eu ficava chorando e, ao mesmo tempo, eu tinha medo e vergonha de chorar. Eu tinha medo porque as crianças iam chegar e falar: “Por que é que você está chorando?” E vergonha porque eu falava: “E agora? Como é que eu vou explicar por que é que eu estou chorando?” Então, você meio que faz uma reflexão ao contrário, com três anos e meio, então fiquei naquele momento ali e tal, não via a hora que aquilo acabasse, de vez em quando eu pegava, descia da cama e me escondia embaixo da cama, porque não queria que ninguém me encontrasse, não conseguia fazer

---

<sup>3</sup> Para o autor, “minhadade” é tudo aquilo que é próprio de um sujeito, exclusivamente, portanto, que não pode ser compartilhado com outrem sob nenhuma circunstância.

nada e minha cabeça doendo, doendo (ÂNGELA TELMA DE LUCENA IMPERATRICE, CNV, 2014).

Até que levaram a gente, se não me engano, para Celso Garcia que era o Juizado de Menores. Foi muito terrível para mim também, porque quando eu lá cheguei, vi que tinham três crianças ao mesmo tempo dormindo em cada cama, nas beliches, foi muito terrível para mim aquilo. E tinha lá uma diretora que eu não me esqueço, porque todo mundo chamava Valquíria, chamava a gente de terrorista, “Não se aproximem dos terroristas” (ADILSON DE OLIVEIRA LUCENA, CNV, 2014).

Observamos os relatos dos irmãos Telma e Adilson Lucena e percebemos que as dimensões do mesmo fato vivenciado por ambos – a chegada ao juizado de menores – foi percebido de ângulos diferentes. Enquanto Telma fala acerca de seus sentimentos em relação ao que as outras crianças fariam ou fariam se soubessem da sua condição de filha de presos políticos, portanto, uma criminosa, subversiva, como era tratada pelo Estado, seu irmão, que, junto a uma terceira irmã, presenciaram o mesmo fato, observa os aspectos físicos do local onde foram presos e também fala sobre a diretora do local e suas impressões sobre ela, o que em nenhum momento de seu depoimento sua irmã menciona. Comprovando assim, que, apesar de os fatos serem os mesmos, as experiências são diversas, por isso, as lembranças e suas marcas também o são. No entanto, essas memórias se completam e se confirmam uma por meio da outra, pois, “[...] toda a tradição do olhar interior se constrói como um impasse rumo à memória coletiva” (RICOEUR, 2007, p.108).

Segundo essa percepção, Telma preocupa-se em saber como será vista pelas outras crianças, que identidade mostrar a elas, pois disto dependeria seu convívio naquele ambiente hostil, então, a sua identidade poderia ou não lhe proporcionar uma boa estada naquele ambiente, bastando que as outras crianças desconhecêssem sua identidade, sua história e origem. Então, era muito comum que, em situação de clandestinidade, tanto as crianças quanto seus pais, terem seus nomes trocados e suas histórias inventadas, como forma de permanecerem fora das prisões, para se autopreservarem.

A ditadura roubou de crianças e adolescentes partes de suas histórias. Nenhuma criança que teve os pais perseguidos pelo Regime por questões políticas pode usufruir de sua vida social plenamente, sendo privados do convívio familiar, da frequência escolar e das amizades e brincadeiras da infância. Essas privações

interferiram nas construções desses sujeitos e ainda influem em seus modos de subjetivação e postura perante à sociedade, como podemos notar nos enunciados a seguir:

Depois que eu saio dessas sessões, que eu sou usado aí nessas sessões de tortura com o pai... Eu não sei, para mim, essa questão da tortura, para mim, foi uma surpresa. Agora, no depoimento que eu dei ao Azenha, eu contei para ele um pesadelo. Eu sei que, em psicologia, quando é um sonho que se repete, quer dizer alguma coisa, e é um sonho que eu sempre tive até meus nove anos, sei lá, bastante grande. Eu tinha febre, qualquer lugar ou de noite e fazia minhas necessidades dormindo quando tinha esse sonho. Era sempre: acorda o asno, o asno de bonezinho verde e uma agulha. Eu tenho fobia de agulha até hoje (ERNESTO CARLOS DIAS, CNV, 2014).

Nestes enunciados, constatamos que as memórias decorrentes de fatos traumáticos trazem como consequência aspectos físicos (comprováveis por meio de especialistas que, neste caso específico, configura-se como uma aicmofobia, patologia psicológica que consiste em um medo irracional e excessivo de agulhas, alfinetes ou injeções), mas também abrangem questões psicológicas e, principalmente, “[...] questões coletivas que têm causas sociais e políticas” (LEAL, 2012, p. 9), que podem ser devidamente “tratadas” por meio de políticas públicas psicossociais que promovam a restauração do tecido social danificado por situações de violência e desrespeito aos direitos humanos, permitindo que as vítimas de privações de direitos possam ressignificar suas vidas na sociedade. Segundo essa prerrogativa, um indivíduo não se esquece os fatos traumáticos que o acometeram, principalmente, se eles lhe provocaram ressentimento. É o que relata Ernesto nesse recorte do seu testemunho, no qual relata os pesadelos e a aicmofobia decorrentes do trauma de ter participado das sessões de tortura, as quais fora submetido o seu pai.

Podemos aventar que a conexão entre a memória dos fatos e o sentimento negativo dos sujeitos acerca das suas experiências podem dar origem aos ressentimentos, que são a junção de vários sentimentos, destacando-se primordialmente o ódio e seus ascendentes, que se combinam com o sentimento de impotência frente à situação desagradável vivenciada pelo indivíduo, de modo a produzir a mágoa que não desaparece com o tempo, apesar dos acordos sociopolíticos. As formas como os ressentimentos são materializados diferem-se

de cada sujeito, isso porque cada um reage de maneira diversa aos mesmos estímulos, uns são mais intensos que outros, por exemplo. Assim, o ressentimento é proveniente da impotência e esta intensifica os efeitos daquele.

A rememoração é uma prática que envolve, além dos aspectos históricos e sociais, as emoções, haja vista que, para aqueles que sofreram violações de direitos humanos, no nosso caso específico, as crianças vitimadas pela violência da ditadura, o ato de lembrar traz consigo a dor que o fato provocou nos sujeitos, dessa forma, recordar também consiste em um sofrimento.

sou uma pessoa muito normal, mas quando chega aí nesse momento vem uma coisa assim que dói. Então, eu não sei, acho que tem alguma coisa a mais que eu não sei o que é que é. Eu queria saber o que é. Tem alguma coisa que me machucou muito nesse período. Não sei se foi assistir o pai, eu não sei. Me machucou muito. Dói. Eu fico fraco nesse momento (ERNESTO CARLOS DIAS, CNV, 2014).

Para Ernesto, o regate de memórias possibilita a reconstrução da história e, também, a construção da identidade. Neste enunciado, ele disserta sobre o ato de testemunhar, de falar de suas lembranças durante o cárcere de seu pai, já que ele foi usado pelos militares para torturar seu progenitor. Na oportunidade, ele relata que as memórias lhe fazem enfraquecer, não ter forças para lidar com as marcas que os fatos lhe deixaram, no entanto, propõe-se a dar seu testemunho porque sabe de sua importância social e política.

Além do que, por mais que seja difícil e, por diversas vezes dolorosa, a memória dos fatos violentos configura-se também como um dever de memória, portanto, como uma política pública que visa a prevenir que os atos de violência voltem a acontecer, daí a sua importância para a sociedade, pois, a população que conhece a sua história e sabe como os fatos se deram não está propensa a repetir os mesmos erros, até mesmo porque o ato de lembrar já contribui para o desmembramento das ferramentas que permitiram a violação de direitos no passado. Dessa maneira, o passado, ainda que repleto de acontecimentos traumáticos, não necessariamente precisa ser visto como um fardo pesado que se carrega e que, por mais que a lembrança dele cause dor, é possível mantê-lo vivo, resignificando-o para que possa ser refletido no presente e no futuro.

## Considerações finais

A Ditadura Militar, instaurada por meio do Golpe Militar, ocorrido na madrugada de 31 de março para 1 de abril de 1964, criou, no Brasil, um clima de terror, com a propagação da censura e da repressão violenta, pois, a partir da derrubada da democracia, instaurou-se uma ditadura que durou 21 anos e vitimou centenas de pessoas, principalmente, àquelas que lutaram contra o Regime. Como vimos neste estudo, até mesmo crianças sofreram com os abusos e violências promovidas pelos agentes da Ditadura.

Por muito anos, os fatos que ocorreram com essas crianças, hoje adultas, ficaram silenciados da sociedade, permanecendo apenas sob conhecimento das vítimas, até que, em 2012 foi criada a CNV, com o intuito de promover o “dever de memória” a essas e outras centenas de vítimas, dando-lhes o direito de testemunhar, de atualizar as suas memórias dos fatos do passado, no presente. Assim, compreendemos o quão importante é a rememoração desses fatos para a construção desses sujeitos e de suas verdades, como também, a relevância do reconhecimento social das memórias das vítimas, para que estas sejam validadas como história.

Os testemunhos aqui analisados trouxeram para o presente as memórias geradas a partir dos fatos que, devido à violência e à forma como ocorreram, provocaram traumas nas vítimas quando crianças e permaneceram até a vida adulta, interferindo na forma como elas se subjetivam no presente. Esta pesquisa buscou analisar a relação estabelecida socialmente entre a memória e os modos de subjetivação dos sujeitos no processo de reparação política promovido pela CNV. Percebemos que todo o sofrimento provocado pela violência interfere nos modos como estes sujeitos se subjetivam, como eles se relacionam com a verdade, na tensão entre o que se inscreveu como verdade e a verdade silenciada, referente à experiência do vivido, que só vem à tona pelo exercício do testemunho.

A análise desses testemunhos permitiu-nos verificar que a verdade se estabelece nas relações saber-poder que tecem os discursos e produzem as subjetividades, como bem acentuou Foucault (2004) em seus estudos sobre o sujeito, o poder e a produção da verdade. No contexto estudado, a memória é convocada para a produção da verdade histórica sobre as violações aos direitos humanos praticadas pela Ditadura Militar brasileira, atuando na produção da

verdade histórica, possibilitando também o reencontro do sujeito consigo, no sentido de sua construção ética, uma vez que seu testemunho materializa a experiência do vivido como pano de fundo da verdade histórica, fazendo a ponte entre essa experiência e seu reconhecimento como verdade.

Do exposto neste trabalho, esperamos ter contribuído para ampliar a discussão acerca das violências praticadas pela ditadura contra crianças, para que estas não tornem a acontecer no presente ou futuro. A atual instabilidade política brasileira faz dessa ressignificação feita pela CNV e, analisada aqui, por meio dos testemunhos, importante elemento para a história do Brasil. No entanto, entendemos que ainda há muito a se pesquisar e se atualizar sobre esse tema, como por exemplo, um estudo que compreenda um número maior de vítimas de violações de direitos, seja na infância ou em qualquer idade ou grupo de sujeitos, uma vez que os relatórios da CNV compõem um prolífico material de estudo sobre os discursos e práticas da Ditadura Militar em nosso país.

### Referências Bibliográficas

CARVALHO, A. M. de. A noção de sujeito em Michel Foucault. In: SILVA, F. P. *Travessias do sentido e outras questões de linguagem*. Mossoró, RN: Queima-Bucha, 2008.

CANDIOTTO, C. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In.: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1995, p. 253-278.

FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política*. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. (Coleção Ditos e Escritos, vol. V). Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luíz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros: curso no Colege de France (1982-1983)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

LEAL, R. G. A memória como direito fundamental civil e político: qual o caminho brasileiro. In. LEA, R. G. (org.). *Verdade, memória e justiça: um debate necessário*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Estudos do discurso: perspectivas teóricas/ organização* Luciano Amaral Oliveira. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 123-151.

PORTOCARRERO, Vera. Práticas sociais de divisão e constituição do sujeito. In. RAGO, Margareth. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

DEPOIMENTOS DE VÍTIMAS CIVIS. Disponíveis em: [http://www.cnv.gov.br/todos-volume-1/653-v%C3%ADtimas-civis.html#dois\\_mil\\_e\\_quatorze](http://www.cnv.gov.br/todos-volume-1/653-v%C3%ADtimas-civis.html#dois_mil_e_quatorze).